

1 **ATA 07/2022 - Ata da Reunião Ordinária do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**
2 **SOCIAL – CMAS/ Campinas, em 26/07/2022.** -----
3 Aos vinte e seis dias do mês de julho de 2022, as 09 horas e 15 minutos, ocorreu Reunião
4 Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Campinas, em ambiente virtual
5 utilizando a ferramenta Teams Microsoft. com, através do link https://teams.microsoft.com/join/19%3ameeting_MTNiNDFiYmYtYjFkNC00NDc1LTg0YTgtMDg0OGQ5MjVWkMTNi%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%228ce66269-6fe2-4d6f-b1c2-97c5db774652%22%2c%22Oid%22%3a%222ecf77f3-2e8e-4309-a764-75be30d37c5e%22%7d, plataforma na qual é feita a gravação da Reunião. A presente reunião é
6 presidida pela Presidente Ismênia Aparecida Santos Oki. **A) ORDEM DO DIA. 1.**
7 **CHAMADA** - É feita a chamada e verificam-se as **Presenças: Conselheiros**
8 **representantes da Sociedade Civil – pelas Entidades de Assistência Social –**
9 **Titulares:** Izabel Cristina Santos de Almeida, Juliana Aparecida Vieira, Josefa Hermínia
10 **Rodrigues Guirau; Suplentes:** Maria Cristina Biehse; pelos **Profissionais ou Órgão de**
11 **Classe ligados a área da Assistência Social – Titular:** Fernando Jorge Neves Figueiredo;
12 pelos **Usuários ou Representantes dos Usuários da Assistência Social – Titulares**
13 **Jéssica dos Santos, José Carlos Carioca e Suplentes:** Aristides Militão Vilela, Ester Costa
14 **de Oliveira Dias, Conselheiros representantes do Poder Público - Secretaria Municipal**
15 **de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos – Titular:** Ismênia
16 **Aparecida Santos Oki (presidente); Suplente:** Silvano Freire Oliveira; **Secretaria**
17 **Municipal de Justiça – Titular:** Thales Jordane Almeida Oliveira; **Secretaria Municipal**
18 **de Finanças – Titular:** Cristiano Oliveira Lourenço; **Secretaria Municipal de Habitação -**
19 **Titular:** Ana Julia Ferreira Lourenço; **Secretaria Municipal de Infraestrutura – Titular:**
20 **Adilson Gomes Pereira; Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - Titular:** Elaine
21 **Aparecida Sivi Machado. Justificativas de ausências: Entidades de Assistência Social**
22 **–Suplentes:** Elisandra Maria de Souza Rinaldi, **Profissionais ou Órgão de Classe**
23 **ligados a área da Assistência Social – Titular:** Eduardo de Menezes Predroso; **Usuários**
24 **ou representantes dos Usuários da Assistência Social – Aparecida de Fátima de Lima,**
25 **Suplente Elisângela de Cassia Brasiliano da Costa. Secretaria Municipal de Justiça –**
26 **Suplente:** Luciana Rocha Soares; **Secretaria Municipal de Cultura Titular:** Elaine Cristina
27 **Garcia Ramos de Souza; Suplente Letícia Francyne Lourenço de Mello Arriel; Secretaria**
28 **Municipal de Educação - Titular:** Dorine Matos Moreira de Albuquerque e Suplente Maria
29 **Fernanda Buaraj; ; Secretaria Municipal de Finanças – Suplente:** Sérgio Luiz Oliveira
30 **Alves; Secretaria Municipal de Habitação - Suplente:** Lucas Bonora da Silva; **Secretaria**
31 **Municipal de Infraestrutura - Suplente:** Sérgio Reis de Oliveira Cerqueira; **Secretaria**
32 **Municipal de Saúde – Titular:** Andrea Maria Campedelli Lopes e Suplente: Wellington de
33 **Almeida; Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – Suplente:** Ivair Luiz Ferreira.
34 **Convidados:** Nilza Clementino, Diego - CS Romília Maria, Ana Júlia Ferreira Lourenço,
35 Solange, Liliâne Assistente Social Lar Alice De Oliveira, Josiane, Tatiana, Josi, Cristiane
36 Sobrapar, Valdirene Vitor, Breno, Veronica MVM, Alessandra Crami, Elaine UCF, Aline
37 Alves, Pedro Costa, Silvana Direito de Ser, Anabel Vieira – CAIS, Marcia Romília Maria,
38 Vinícius - Psicólogo VB, Vera Lucia Bruno, Gisleide A Viana SMASDH, Cristina/SETA,
39 Roberta Psicóloga, Marcela Souza, Gisleide Abreu SMASDH, Vinicius – Progen, Michael
40 Jonathas Fonseca Batista, Maria Amélia Grangeiro, Tania - Núcleo Igualdade Social, Lívia
41 – ICCT, Erika e Carlos, Viviane Santos – Guardinha, Sílvia Elena Basetto Villas Boas,
42 Renata Tonon, Rosana Pego, Elaine - Guest, Cassia Bastos, Maiara – Pestalozzi, Maria
43 Fernanda, Sirlene, Paloma Lopes Casarini, Rogério Nóbrega – IGEVE, Kelly Parro, Josane
44 Lazaretti, Sandro Acosta, Antonia Cacilda, Conceição – AAQQ, Aline Bocallao IPHC,
45 Clébia, Diego - CS Romília Maria, Elide Augusto - Ação Forte, Antonia Cacilda, Maria
46 Carolina Becaro, Nilza Clementino, Vania Gobbo Moral Silva, Solange, Zuleika, Pedro
47 Costa, Anabel Vieira – CAIS, Silvana Direito de Ser, Cristina/SETA, Marcela Souza, Michael
48 Jonathas Fonseca Batista, Maria Amélia Grangeiro, Lívia – ICCT, Viviane Santos –
49 Guardinha, Renata Tonon, Rosana Pego, Cassia Bastos, Sirlene, Paloma Lopes Casarini,

54 Kelly Parro , Aline Bocallao, Sandro Acosta, Josane Lazaretti, Antonia Cacilda, Otildes,
55 Elide Augusto - Ação Forte, Maria Carolina Becaro. **REGISTRO DE FALECIMENTO –**
56 Conselheira Izabel comunica para registro o falecimento no dia 22 de julho do Dr. Darcy
57 Paz de Pádua, um dos fundadores e idealizadores da Federação das Entidades
58 Assistenciais de Campinas (FEAC). Foi Secretário Municipal da Política da Assistência
59 Social nos anos 80. Teve também dedicação nas questões das crianças, adolescentes,
60 mulheres e Idosos. Registra-se acolhimento e solidariedade a seus familiares, aos
61 trabalhadores e Diretoria da FEAC e o respeito a trajetória de vida do Dr Darcy. **2. ATA**
62 **ANTERIOR - referente a Reunião Ordinária do dia 28 de junho de 2022,** - a Presidente
63 coloca em votação a Ata referente a Reunião Ordinária realizada no dia 28 de junho de
64 2022, encaminhada anteriormente para ciência dos Conselheiros, que é **APROVADA** com
65 nove votos “sim”, três “abstenções” e nenhum voto contrário. **B) ORDEM DO DIA – 1.**
66 **DELIBERAÇÕES SOBRE MATÉRIAS DA PAUTA COM CARÁTER DE URGÊNCIA.**
67 Considerando que este CMAS está por determinação do Ministério Público do Estado de
68 São Paulo com suas resoluções e deliberações de matérias atreladas ao caráter de
69 “urgência”, até que seja equalizada a questão da paridade entre representação da
70 Sociedade Civil e representação do Poder Público e como essa situação ainda não foi
71 resolvida, a Presidente consulta os Coordenadores de Comissões e estes mencionam os
72 assuntos que relatarão e colocado para deliberação do Plenário a Pauta de trabalho e a
73 votação sobre matérias que tenham esse caráter de “urgência” o Plenário aprova que sejam
74 tratadas as matérias que seguem. **INVERSÃO DE PAUTA –** a Presidente propõe que seja
75 feita inversão de pauta e que a reunião se inicie pelo ponto **C) INFORMES. Benefícios**
76 **Eventuais** - Registrando a presença de vários servidores da Secretaria Municipal de
77 Assistência Social, a Presidente passa a palavra para **Gisleide Abreu da área da**
78 **Vigilância Socioassistencial que apresenta** informe do andamento da Lei sobre
79 Benefícios Eventuais. Gisleide apresenta histórico do encaminhamento do Processo que
80 trata sobre a Regulamentação dos Benefícios Eventuais. Diz que a Minuta foi encaminhada
81 para a Secretaria de Justiça para depois seguir para a Câmara Municipal. Ressalta que foi
82 seguida as modalidades apontadas pelo CMAS. Registra-se que os encaminhamentos
83 mencionados estão no Processo SEI PMC.2021.00015841-81, já disponibilizado para todos
84 os Conselheiros. Após a fala de Gisleide a Presidente abre a palavra para os inscritos. A
85 **Conselheira Juliana Vieira fala** enquanto Coordenadora da Comissão de Política e
86 Legislação e entende que como todo o processo passou por essa Comissão essa Minuta
87 também deveria ir para a Comissão em função de toda contribuição que houve naquela
88 instância e que não houve tempo de análise visto que esse Processo chegou na data de
89 ontem a tarde para os Conselheiros. A **Conselheira Izabel** lembra que houve a formação
90 de um GT da Comissão de Política para trabalhar essa questão no Conselho, inclusive
91 chamando outros parceiros fora do Conselho e então por respeito à essa construção deve
92 haver encaminhamento para Comissão e ressalta também que não houve tempo hábil para
93 ver esse Processo antes desta Reunião e que é importante planejamento e agenda para
94 tratar as questões. O importante é uma Agenda Social. Foi uma dedicação muito grande
95 dos Conselheiros nesse período de pandemia, então esse assunto é de extrema
96 importância em cuidar dessa legislação sobre Benefícios, então há necessidade de tempo
97 para ver o resultado desse trabalho e também fazer a aprovação disso dando condições
98 dos trabalhadores dos CRAS/DAS – Porta de Entrada – poderem cumprir ainda mas essa
99 tarefa além de tudo que já fazem. Há necessidade de Equipe nesses Espaços para poder
100 atender bem as famílias – aprovar essa Lei sem colocar trabalhadores nos CRAS, Equipe
101 mínima – NOB RH, é criar uma situação complicada para os Trabalhadores. **Gisleide**
102 **menciona** que o GT construiu a Resolução que define os critérios e já foi discutido que
103 esses critérios são bem abrangentes, dificultava a construção da Minuta, mas foi respeitado
104 o que estava na Resolução. A Minuta vai para a Secretaria de Justiça para a formatação
105 técnica, respeitando as modalidades ali colocadas, os apontamentos, os critérios de valores
106 e formas de acesso. **A Presidente diz** que o assunto entrou nesta pauta como informe, os

107 Conselheiros devem acompanhar o Projeto e sua tramitação para a Câmara. **Conselheira**
108 **Juliana Vieira** consulta se há ainda possibilidade de verificar se há algum problema ou
109 fazer apontamento na Minuta da Lei, caso isso seja necessário. **Gisleide diz** que o
110 Processo segue o fluxo normal de Projeto de Lei, passa pela Secretaria de Justiça para ver
111 as questões técnicas legais do que envolve um Projeto de Lei e que depois deve ser feita
112 a Regulamentação que definirá a operacionalização da Lei. Diz também que o prazo é até
113 final de julho ser a Minuta encaminhada para a Secretara de Justiça. . **A Presidente** em
114 resposta a pergunta da Conselheira Juliana diz que está sendo apresentado um informe e
115 que a parte do Conselho já saiu através da Resolução feita e que é importante fazer o
116 acompanhamento para quem sabe em outras instâncias do fluxo fazer os apontamentos.
117 **Conselheira Jessica** agradece disposição da Gestão em estar explicando, mas que no
118 Conselho tudo tem chegado muito em cima da hora. Os Usuários têm tido dificuldades nos
119 acessos a documentação. Diz que os Trabalhadores Públicos estão aqui também por causa
120 do salário de cada um e que têm dificultado o acesso dos Usuários na compreensão dos
121 processos, acompanhar a tramitação. Diz também que o Conselho não está dando
122 condições de trabalho para os Usuários. A **Conselheira Izabel** retoma que essa questão
123 desse atendimento tem de estar atrelada com a composição da Equipe mínima nos CRAS
124 e DAS. O DOAS já encaminhou para o Conselho como estava a composição dos CRAS e
125 se já atualizou, é importante trazer para o Conselho essa informação. Presidente dá a
126 Palavra para **Maria Aparecida Gianni**, Diretora do DOAS que agradece o Conselho pela
127 preocupação com os Equipamentos e Trabalhadores públicos do SUAS. Diz que já vierem
128 novos trabalhadores, mas ainda insuficientes para as demandas e reposições de
129 trabalhadores que deixaram o Serviço Público por aposentadorias, falecimentos, etc. Diz
130 que essa questão de recomposição de Equipes está no radar da Gestão. Sobe a Lei dos
131 Benefícios Eventuais diz que Campinas consolida essa Política, nem sempre como se
132 desejaria em termos de tempo e demanda. Diz também que houve participação de
133 Servidores do DOAS no GT e cooperando para a construção dessa política. Entendendo
134 que é um avanço dessa Política pelo município que é complementado com recursos
135 federais e estaduais. Ressalta também que houve avanço na modalidade Auxílio Moradia
136 que se estendeu a questão de gênero e para mulheres mesmo que não estejam em Abrigo
137 por conta de violência. O **Conselheiro José Carlos** destaca a questão do “sucateamento”
138 dos CRAS e DAS e diz se sentir incomodado por autoridades que fazem live como se
139 estivessem em outros lugares e não se importam com a realidade do sofrimento das
140 pessoas com fome e pessoas sem atendimento médico. Destaca também que esse
141 processo está demorado – é de junho de 2021. Também ressalta a dificuldade em analisar
142 os documentos encaminhados, enfatizando que com celular e como Usuário fica difícil
143 analisar a documentação. Reforça que a distância entre a população e a localização dos
144 CRAS é muito grande. Tem que haver mais respeito com a população e com os
145 Trabalhadores dos Serviços. A **Conselheira Izabel** se solidariza com os apontamentos dos
146 representantes dos Usuários. Destaca que as informações que chegam são das diversas
147 políticas numa Secretaria só (Direitos Humanos, Segurança Alimentar, Pessoa com
148 Deficiência e Assistência Social) – os trabalhadores dos SUAS até que conseguem
149 visualizar essa distinção, mas para os Usuários fica muito confuso. Que a política da
150 Assistência Social tem que melhorar a comunicação com os Usuários e com a Rede SUAS,
151 pois está muito confuso. Destaca também a confusão que existe na Secretaria do que é de
152 Gestão Pública e o que é de gestão pessoal. As publicações pessoais do Gestor Público
153 da Assistência não podem ser de caráter pessoal, é um Sistema Público de Assistência
154 Social – têm que estar de maneira transparente nas publicações da Prefeitura. A Vigilância
155 Socioassistencial ainda não é um Departamento dentro da Secretaria, é uma
156 Coordenadoria, da mesma forma não existe um Departamento de Trabalho. O Sistema
157 Único também ainda não está implantado dentro da Secretaria na forma que é preciso
158 dentro das Normativas – a forma de organização da Secretaria é de 1990 e pouco. Diz que
159 junho de 2021, enquanto Presidente do CMAS, teve agenda com a Secretária levando as

160 pautas pendentes no Conselho há muito tempo pra fazer uma Agenda Social e evitar essa
161 confusão, principalmente para o Usuário e também para a Rede SUAS de Campinas. Pede
162 desculpas aos Usuários pelo fato de ainda que se tenha trabalhadores comprometidos com
163 o SUAS, não se tem gestão sobre os atos das pessoas. **Presidente Ismênia** reafirma a
164 importância de se focar no SUAS. A convidada **Marcela Souza** com palavra concedida pela
165 Presidência diz ser trabalhadora da Rede SUAS e uma das dificuldades que aponta é o fato
166 de muitas pessoas que vierem a necessitar dos benefícios eventuais ainda não estarem no
167 Cadastro Único. **Gisleide explica** que esse encaminhamento foi em forma de informe
168 porque sobre a tramitação desse Projeto de Lei e agora não cabe alteração. O processo
169 que houve foi o da deliberação do Conselho depois de várias reuniões, inclusive com outros
170 atores, e houve então para a Resolução do Conselho – o Projeto de Lei atende tudo que
171 foi deliberado na Resolução do Conselho. A convidada **Clébia Alves Campos Oliveira** com
172 palavra concedida pela Presidência diz que as portas da Secretaria estão sempre abertas
173 para essa parceria com o Conselho e agradece a construção que se teve até aqui.
174 **Presidente Ismênia** informa do convite que CMAS recebeu para Missa de Ação de Graças
175 pelos 125 anos do Colégio Liceu Salesiano a se realizar no próximo dia 07 de agosto, às
176 19 hs, na Paróquia de Nossa Senhora Auxiliadora. O **Conselheiro Silvano** manifesta-se
177 no sentido de lembrar que na Ata que foi aprovada nesta reunião tem um diálogo entre
178 ele e a Conselheira Izabel e que nesse diálogo ele diz que não havia sido enviado pela
179 Conselheira determinado mensagem por e-mail com determinada informação e depois
180 verificou que estava equivocado, não havia visto o e-mail e depois que confirmou que ela
181 havia enviada a informação, pediu desculpas por escrito em e-mail com cópia aos
182 Conselheiros e que agora reitera para ela seu pedido de desculpas de forma pública.
183 **ORDEM DO DIA – item 3. RELATO DO GT DE SEGURANÇA ALIMENTAR - A**
184 **Conselheira Jéssica**, Coordenadora do GT de Segurança Alimentar inicia dizendo que o
185 GT de Segurança Alimentar foi criado para ajudar a Comissão de Política e Legislação. Diz
186 que o GT teve duas reuniões no mês e destaca a questão da insegurança alimentar
187 apontado pelos órgãos de comunicação de que a fome aumentou no país e portanto em
188 Campinas. Nas reuniões ficou apontado a dificuldade de acesso a segurança alimentar.
189 Decidiu-se no GT pela elaboração de uma Carta para ser encaminhada à
190 Gestão(SMASDH), Vereadores e Ministério Público sobre a questão da Segurança
191 Alimentar , com o pedido de uma Audiência Pública. O Histórico mostra que Campinas não
192 tem um combate contra a fome, fica dependente da sociedade civil, exemplo: ISA e outras
193 ONGs que ajudam a população e o próprio povo que ajuda a manter o Banco de Alimentos.
194 Campinas, a única coisa que tem, é um Departamento com 5 pessoas e o Cartão Nutrir que
195 está contemplando só vinte mil pessoas, isso porque estamos no estado de calamidade
196 porque seriam só seis mil pessoas. Essa Carta foi aprovada no GT, foi feita por
197 Trabalhadores da Sociedade Civil junto com Usuários. Anda está sendo formulada porque
198 foi aprovada e trabalhadores e Usuários pediram complementação de algumas informações
199 como Leis, Constituição Federal. Continua Jéssica dizendo que as informações sobre
200 Cestas básicas que as OSCs estão fornecendo para Usuários, não estão sendo enviados
201 para a Prefeitura e isso contribui para não “aparecer a fome” que a população tem
202 enfrentado – a Prefeitura trabalha com números e se não tem essas informações esses
203 dados não aparecem. Conselheira Jéssica consulta qual o fluxo desse encaminhamento,
204 se Carta será aprovada no Conselho ou como foi aprovada no GT ela pode ser divulgada?
205 E também informa que caso o Conselho não aprove ou apoie essa discussão e luta contra
206 a fome, os Usuários irão encaminhar por eles mesmos tanto para outras instâncias como
207 para o Ministério Público. Informa também que a Câmara Municipal irá voltar com GT com
208 discussões de Segurança Alimentar. **Jéssica solicita que a Conselheira Josefa faça a**
209 **leitura da “Carta** ao Executivo e ao Legislativo do Município de Campinas e ao Ministério
210 Público”, que assim faz. **Após a leitura Jéssica informa** que serão incluídas no texto da
211 Carta as leis da Constituição de 1988 e também contemplar a questão dos Trabalhadores
212 que não podem mais contabilizar no SIGM o número de entrega de cestas básicas. A

213 intenção dessa Carta é pedir uma audiência pública, e vamos nos informar com MP como
214 se faz isso. Já temos um planejamento dessa audiência com os Usuários participando e
215 falando suas experiências. Queremos que seja uma política municipal de Segurança
216 Alimentar e não como tem sido distribuição de cesta básica como caridade, fotografando
217 as pessoas recebendo. Diz Jéssica que Campinas não tem essa Política de Segurança
218 Alimentar e é dependente do Estado ou de doação do próprio povo. Um outro registro é
219 que enviaram via SEI para o Departamento de Segurança Alimentar um Convite para o
220 Departamento participar na reunião do GT de Segurança Alimentar – relata que na Reunião
221 do GT teve que falar que quem foi convidado via SEI não participaria dessa Carta, pois
222 essa Carta era uma cobrança dos Usuários, dos Trabalhadores e da Sociedade Civil para
223 os Órgãos Municipais. Relata que sentiu-se desrespeitada por esse convite que foi feito ao
224 Departamento de Segurança Alimentar. **Conselheira Josefa** se manifesta no sentido de
225 que não se pode ver a volta do “assistencialismo” e ficar quietos e apoia o texto da Carta.
226 Diz também que questão de Segurança Alimentar não deveria mais ser pauta a ser
227 discutida e sim ser coisa já resolvida. **Conselheiro Silvano** diz nada se opor ao conteúdo
228 da Carta, porém tem algumas dúvidas, uma é a questão do encaminhamento pelo GT ou
229 dos Usuários, se foi aprovado no GT ou pelos Usuários, mas isso é possível superar; a
230 outra questão é foi mencionado que ainda serão feitos acréscimos na Carta, se for isso o
231 Conselho não tem condições de deliberar – a proposta deve estar completa para o
232 Conselho deliberar a redação final, a menos que depois volte para apreciação do Conselho.
233 **Conselheira Jéssica diz** que o acréscimo a ser feito são as Leis que garantem o acesso
234 básico e a Constituição de 1988. Quanto a questão da construção em conjunto da Carta
235 com participação da representante da Segurança Alimentar, não foi possível porque num
236 primeiro momento é uma cobrança da Sociedade Civil(Usuários) para o próprio Poder
237 Público. **Conselheiro Silvano** diz que está tentando contribuir para não invalidar um
238 movimento que é legítimo – precisa ficar delimitado isso, essa Carta foi aprovada num
239 coletivo de Usuários que tem os encaminhamentos. A Pergunta é: os Usuários querem que
240 o Conselho envie a Carta? **Conselheira Jéssica responde** que “sim”, a proposta é que o
241 Conselho aprove a Carta envie para os Órgãos do Município, Câmara e Ministério Público,
242 afirmando que se o Conselho não aprovar haverá todo um movimento para que ele chegue
243 aos Órgãos públicos. O que queremos é que o Conselho esteja com o GT nessa luta contra
244 a fome. **Conselheiro Silvano** diz que é uma questão técnica, o Conselho aprova o que
245 conhece, se forem inseridas partes, ainda que seja citação de Leis, não conhecemos o
246 conteúdo do que será inserido. **Conselheira Izabel ressalta** que todos estão para ajudar a
247 Usuária, acolhe o conteúdo da Carta. Izabel cita artigos de Leis que garantem a Segurança
248 Alimentar e propõe que seja incluídas na Carta e que a Carta seja aprovada. **A Presidente**
249 **propõe** também que o Plano Municipal de Segurança Alimentar também seja apensado à
250 Carta porque ele descreve todos os apontamentos que foram feitos e isso reforça que o
251 Plano seja aplicado e isso está contribuindo para o aporte jurídico que está sendo proposto.
252 **Conselheira Izabel** diz que segundo pesquisa de cada 10 pessoas que se declaram
253 negras, pardas, 6 estão em insegurança alimentar no país – situação gravíssima e entende
254 que o que a Jessica traz é para todos que se encontram em insegurança alimentar. Já
255 sabíamos que a questão da segurança alimentar seria seríssima na pós pandemia, ainda
256 que estejamos em pandemia, e da mesma maneira como Campinas cuidou de forma
257 exemplar da Saúde na pandemia e como está cuidando da Educação, entende que o que
258 a Carta está pedindo é isso que esse cuidado também seja conduzido na Assistência Social
259 garantindo e assegurando diretos. Parabeniza os Usuários pela ação de apresentar
260 propostas. **Presidente diz** ser salutar que o Conselho ajude na construção de política
261 pública e saiba o que está acontecendo no município para melhor conduzir e em todos os
262 GTs e Comissões é bom que a Gestão traga o que está acontecendo e assim melhor
263 contribuição. Diz que o Conselho não é um movimento e sim um espaço de construção
264 entre Sociedade Civil, Poder Público e Usuários. Essa Carta tem um potencial do que é
265 mais urgente na comunidade, que é a fome, mas querendo ou não é o Conselho; então

266 para dar transparência foi autora do Convite para DISAN estar no GT e vou chamar outros
267 para outros GTs e Comissões para dialogar – existe o Plano Municipal e a partir do Plano
268 Municipal muita coisa poderia ter sido acrescentado nessa Carta. Entende importante que
269 as Comissões atente para o controle social e qualificar a discussão do Conselho também a
270 partir do que já tem. **Jéssica diz** que não há qualquer problema o Poder Público construir
271 uma Carta explicando o que faz na cidade, mas não haveria lógica construir junto essa
272 Carta que é uma cobrança dos Usuários sobre questões de Segurança Alimentar.
273 **Conselheiro Silvano** diz não deslegitimar a Carta e sim trazendo contribuição para o
274 encaminhamento nos procedimentos no Regimento e Lei que orientam o Conselho.
275 **Conselheiro Thalles diz** ter ouvido a leitura da Carta, que entende a demanda especial
276 que é a questão da fome, entende também a questão levantada pelo Silvano e aí algumas
277 dúvidas no sentido de tentar fazer de alguma forma respeitando algumas coisas para que
278 um ato desse não sofra nenhum prejuízo lá na frente e nesse sentido de construir junto e
279 eu também poder dar uma contribuição em relação a essa demanda eu pede “vistas” a essa
280 matéria, porque fiquei com dúvidas em algumas coisas e para poder dar uma opinião
281 formada sobre esse tema. **Presidente diz** que quando mais amparo legal tiver para decidir
282 é melhor. Se o texto já estiver com as Leis inseridas é legítimo colocar em votação, só não
283 pode votar e acrescentar algo depois. **Conselheira Izabel diz** que todos foram convidados
284 para a Reunião, os Usuários que estiveram presentes elaboram um trabalho que é
285 questionado. É legítimo e regimental o pedido de vistas, mas precisamos cuidar disso pois
286 a necessidade do outro não é a minha necessidade. O importante é participar das
287 Comissões para poder ajudar as coisas avançarem. **Conselheiro Thalles** consulta se o
288 texto da Carta foi disponibilizado previamente para ciência dos Conselheiros. **Jéssica diz**
289 que não, ela seria lida no Conselho. A **Presidente concede a palavra para a convidada**
290 **Maria Carolina** Loureiro que representa o Conselho de Segurança Alimentar como sua
291 Presidente diz ter estranhado o Poder Público ter sido convidado para participar da Reunião
292 do GT de Segurança Alimentar para construir uma Carta, que na verdade seria a leitura de
293 uma Carta já construída e quem desejasse ajudar nessa construção já teria participado
294 antes. Diz causar estranheza o pedido de vistas sendo que já tem horário marcado de
295 reunião e participação. A Carta foi construída pela Sociedade Civil, construída pelos
296 Usuários, diz que estamos passando por momentos difíceis no município, só quem lida com
297 Segurança Alimentar ou que está passando fome sabe da realidade. Diz que vai levar o
298 assunto para o Conselho de Segurança Alimentar pois esse GT é também do Conselho de
299 Segurança Alimentar. **A Presidente diz** que como houve pedido de vistas o assunto precisa
300 ser encerrado, mas vai respeitar quem havia pedido a palavra. **Jéssica diz** que “vocês” não
301 estão aqui para construir política pública e sim para ajudar no desmonte da assistência
302 social – não estão se importando com quem passa fome. **Conselheiro José Carlos**
303 pergunta qual a parte que não entenderam do que são pessoas passando fome. Considera
304 um descaso o “pedido de vistas”. **Conselheira Izabel diz** que é praxe nas reuniões de GT
305 e Comissões serem encaminhados os relatos e como nessa última reunião a maioria dos
306 Conselheiros estavam de férias não saiu o relato. Deveria ser automático quando não tem
307 relator o Secretário Executivo fazer o relato e ajudaria os Conselheiros a receber antes as
308 informações. Está entendendo a situação do Conselheiro que pediu vistas por não saber
309 da documentação. Entende que é preciso fazer uma reunião para estabelecer os critérios
310 de fluxos para atender todos de maneira igual. O Conselho e suas Comissões também têm
311 deixado de receber da Gestão informações que são fundamentais para suas deliberações.
312 Os Usuários têm dificuldade no acesso aos processos. Diz também que não podemos usar
313 normativas para travar processos. Entende a cobrança do Thalles, mas julho foi atípico.
314 **Conselheira Juliana Vieira diz** que está cansada da maneira que os Conselheiros tem
315 levado a reunião. A Comissão é que é o espaço de discussão. Fala da dificuldade de falta
316 de retorno de informações para as Comissões. Diz que como Coordenadora da Comissão
317 de Política e Legislação, juntamente com a Relatora Josefa estão fazendo trabalho de
318 comparar o Relatório de Gestão com PMAS e Orçamento. **Conselheira Josefa lembra** que

319 no mesmo dia em que estavam fazendo esse trabalho estavam também ouvindo a Reunião
320 do GT de Segurança Alimentar que tratava sobre a Carta e que desejavam estar nessa
321 discussão, mas estavam nessa outra tarefa, então há necessidade de mais Conselheiros
322 participarem das Comissões. **Conselheira Juliana Vieira diz** que às vezes as pessoas não
323 falam porque às vezes quando fala sofre ameaça pessoal, mas como Assistente Social tem
324 o dever ético de falar. Cobra da Presidente a capacitação dos Conselheiros e que todos os
325 Conselheiros devem estar em alguma Comissão e quem pede “vistas” às vezes não
326 participou do processo na Comissão - peça relato da reunião, leia ata, chama para
327 conversar. Está desgastante participar do Conselho. Vocês estão querendo fazer um
328 desmonte dos Conselheiros da Sociedade Civil dentro do Conselho. Diz, vocês estão
329 impossibilitando a gente de fazer as coisas. **Conselheiro Silvano** coordenador da
330 Comissão de Finanças explica que quando se fala em demonstrativos que não vieram há
331 mais de um ano para o Conselho é preciso esclarecer que no Conselho não havia antes
332 essa demanda de solicitar esse tipo de documento; que então foram solicitados os
333 demonstrativos federais, quando vieram os federais cobrou-se os municipais; então não faz
334 um ano, na medida em que as demandas vão surgindo vai-se tentando organizar. **ORDEM**
335 **DO DIA – item c . RELATO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO -**
336 **Conselheiro Silvano** Coordenador da Comissão de Finanças relata que fizeram reunião
337 extraordinária da Comissão e trataram sobre Resolução 003/2020 do CMAS que tratou de
338 prestação de contas de recursos federais para aquisição de bens e também tratou sobre
339 participação de representação do CMAS ou de um membro da Gestão no Fórum dos
340 Usuários da Região Noroeste – relatos enviados ontem para os Conselheiros. **Conselheira**
341 **Izabel** diz que não participou da Reunião da Comissão de Finanças, sobre a tratativa da
342 prestação de contas dos recursos federais tratados na Comissão, diz também que foram
343 enviados para os Conselheiros 164 documentos sobre aquisição de computadores,
344 notebooks e aparelhos de ar condicionados e está pedindo “vistas” desse processo pois o
345 Conselho agora aprova todo o processo que foi feito para a aquisição desses
346 equipamentos. Izabel diz ter notado falta de alguns documentos no SEI que trata desse
347 processo: nota de empenho, notas fiscais e comprovação de entrega do material. Também
348 o relatório do DOAS em certo momento diz que o objetivo foi alcançado, mas 3 meses antes
349 diz que foi alcançado parcialmente, então é preciso saber o que mudou nesses 3 meses.
350 Também questiona porque em se tratando de recurso federal a Comissão de Política não
351 foi convidada a participar desse processo. Há um outro SEI anexado que trata sobre compra
352 de equipamentos sem licitação; também solicitação de parecer jurídico sobre essa
353 aquisição.; também a questão da licitação e compra dos equipamentos pela Educação, se
354 pode ser pelo FMAS. São várias questões que levam a esse pedido de “vistas” ao processo.
355 **Conselheira Josefa também** ressalta a brevidade de tempo que os Conselheiros têm para
356 analisar muitos documentos que são recebidos em cima da hora e levanta algumas dúvidas
357 sobre documentação que estão no SEI, Termo de Referência de 2019 sem assinatura,
358 plano de Trabalho sem assinatura, plano aprovado sem assinatura. **Conselheiro Silvano**
359 informa que todo documento inserido no SEI leva identificação numérica e o próprio sistema
360 registra quem inseriu, mas vai checar as questões levantadas. **Conselheira Josefa**
361 **também** sugere otimização das reuniões quem sabe na reunião da comissão abrir o
362 processo para que os Conselheiros possam acompanhar e levantar as questões.
363 **Conselheira Izabel** lembra que é importante que a Gestão facilite a apresentação dos
364 documentos e a compreensão dos Conselheiros. Diz também que o acompanhamento que
365 é feito no Conselho é sobre o FMAS e é importante também aparecer as despesas nos
366 demonstrativos. O importante é ver todos os documentos e isso para fortalecer a
367 compreensão e o nosso voto. Importante lembrar também que os processos ficam
368 arquivados e que podem ser fiscalizados, daí o voto da aprovação tem que ser com todas
369 as informações necessárias. Já houve caso que o Prefeito de Campinas foi fiscalizado pelo
370 TC e se teve que levantar processo de quatro/ cinco anos – para o Conselho nada foi pedido
371 porque trabalha o tempo todo com normativas. A nossa votação tem que ter uma base

372 normativa – são cuidados necessários. **Presidente Ismênia** reforça todas as preocupações
373 levantadas, fala da importância da formação e a importância do Poder Público dar os
374 esclarecimentos e explicar os mecanismos dos processos dentro da Prefeitura e dentro da
375 legalidade. **Às 12 horas e 54 minutos a Presidente sugere encerrar a Reunião** e ou
376 continuar com a Pauta em outra oportunidade. **Conselheira Izabel** lembra que tem pedido
377 de vistas a serem tratadas. **Conselheira Josefa** também menciona que tem um pedido de
378 inscrição de OSC a ser tratado e votado. Presidente dá prosseguimento na Reunião e
379 **ORDEM DO DIA – item “a” . RELATO DA COMISSÃO DE INSCRIÇÃO E NORMAS** – em
380 virtude da ausência justificada da Coordenadora da Comissão de Inscrição e Normas, a
381 Conselheira Josefa, Relatora da Comissão apresenta que a Comissão analisou a
382 solicitação de Renovação e a documentação da OSC Associação de Apoio a Portadores
383 de AIDS Esperança e Vida e o Conselho Considerando o parecer da Comissão de Inscrição
384 e Normas **RESOLVE RENOVAR** para o ano de 2022 e **MANTER** por tempo indeterminado,
385 a inscrição sob nº **165 S**, da entidade pela **Associação de Apoio a Portadores de AIDS**
386 **Esperança e Vida**, CNPJ 67.991.521/0001-29, sede à Rua Antônio Naime Chaib, 195/205,
387 Jardim Anchieta, em Campinas, Estado de São Paulo e seu serviço socioassistencial: -
388 Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos - Casa de Passagem, executado à Rua
389 Antônio Naime Chaib, 195/205, Jardim Anchieta, em Campinas/SP. A presente Resolução
390 foi aprovada com sete votos “sim”, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Registra-
391 se nessa votação que Conselheiros Jéssica dos Santos, Aristides Militão, Cristiano Oliveira,
392 Adilson Gomes e Elaine Aparecida já haviam deixado a Reunião. **Às 12 horas e 59**
393 **minutos** a Presidente sugere encerrar a Reunião. **Conselheira Izabel** lembra que tem
394 pedido de vistas a serem tratadas e propõe a continuidade da Reunião. A **Presidente**
395 **lembra que se um dos assuntos for a questão da Comissão Calamidade** propõe que
396 se vote em face de não ter tido a oportunidade de acerto dos termos da Resolução.
397 **Conselheira Izabel diz** que a Presidente havia pedido “vistas” da deliberação e que a
398 Presidente precisa apresentar parecer e parecer sobre as “vistas”. **Conselheira Izabel diz**
399 que o outro pedido de vistas foi do Silvano e do Thalles sobre o GT do FMAS e que como
400 foi pedido vistas é no plenário que deve ser apresentado e votado. Diz também que quanto
401 a questão da Comissão da Calamidade a Presidente pode solicitar para apresentar em
402 nova reunião do Colegiado, não volta para a Comissão e sim no Colegiado. O Conselheiro
403 Silvano apresenta o encaminhamento da documentação sobre proposta de Resolução
404 sobre GT do FMAS e diante do apresentado o Conselho **Considerando** a Lei Federal nº
405 8.742 de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a Organização da Assistência
406 Social; **Considerando** o Decreto Municipal nº 12.173 de 21 de março de 1996 que
407 regulamenta do Fundo Municipal de Assistência Social; **Considerando** a Resolução CNAS
408 nº 237, de 14 de dezembro de 2006, que dispõe sobre Diretrizes para a estruturação,
409 reformulação e funcionamento dos Conselhos de Assistência Social. Diretrizes para a
410 estruturação, reformulação e funcionamento dos Conselhos de Assistência
411 Social; **Considerando** a Portaria MDS nº 625 de 10 de agosto de 2010, que Dispõe sobre
412 a forma de repasse dos recursos do cofinanciamento federal aos Estados, Distrito Federal
413 e Municípios e sua prestação de contas, por meio de sistema eletrônico no âmbito do
414 Sistema Único de Assistência Social – SUAS; **Considerando** o Decreto Federal nº 7.636,
415 de 07 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o apoio financeiro da União a Estados,
416 Distrito Federal e Municípios destinado ao aprimoramento dos serviços, programas,
417 projetos e benefícios de assistência social com base no Índice de Gestão Descentralizada
418 do Sistema Único de Assistência Social – IGDSUAS; **Considerando** a Resolução CNAS nº
419 33 de 12 de dezembro de 2012 que Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único
420 de Assistência Social – NOB/SUAS; **Considerando** a Apostila “Orientações para
421 Conselhos da Área de Assistência Social emitida pelo Tribunal de Contas da União - 3ª
422 Edição - , 2013 - que trata do Controle exercido por conselhos da assistência social;
423 **Considerando**, a Lei Municipal nº15.942/2020 que dispõe sobre a Política Municipal de
424 Assistência Social, institui o Sistema Único de Assistência Social do Município de

425 Campinas; **RESOLVE:Art. 1º. Acatar** o parecer da **Comissão de Política e Legislação e**
426 **INSTITUIR** um Grupo de Trabalho para em conjunto com a **Comissão de Finanças e**
427 **Orçamentos**, monitorar e fiscalizar o **Fundo Municipal da Assistência Social – FMAS.**
428 **Art. 2º** Em consonância com a legislação vigente, para efetivo exercício do Controle Social,
429 poderá o CMAS mediante solicitação do presente GT e aprovação pela plenária: a) Realizar
430 o acompanhamento da Gestão do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS). b)
431 Solicitar informações e elementos capazes de garantir a efetivação da transparência dos
432 gastos e garantia do controle social. c) Apresentar proposta de calendário para envio das
433 seguintes peças:1. Plano Municipal de Assistência Social;2. Relatório anual de Gestão 3.
434 Plano de ação;4. Proposta da Lei Orçamentária Anual; 5. Demonstrativo Sintético Anual de
435 Execução Físico Financeira; a) Solicitar o envio dos extratos das contas bancárias,
436 vinculadas ao Fundo Municipal de Assistência Social; b) Garantir o acesso ao Sistema de
437 Informação do Sistema Único de Assistência Social(SUASWeb); c) Solicitar acesso aos
438 documentos que comprovam as despesas com recursos do FMAS; Art. 3º Essa resolução
439 entre em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. A
440 presente Resolução foi aprovada com sete votos “sim”, nenhum voto contrário e nenhuma
441 abstenção. **Conselheira Izabel propõe** que o parecer da Presidente Ismênia sobre “vistas”
442 da Resolução sobre instituição da Comissão de Calamidade seja prorrogado para próxima
443 Reunião. **Presidente coloca essa proposta de prorrogação em votação** que é aprovada
444 por com sete votos “sim”, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Presidente reforça
445 a necessidade da programação das atividades do Conselho, respostas da Gestão para os
446 assuntos em pendência e o avanço progressivo dos trabalhos. **ENCERRAMENTO** - Às 13
447 horas e 15 minutos a Presidente encerra a Reunião, agradecendo a presença e participação
448 de todos, lembrando que é cansativo para todos mas é potente o impacto do Conselho em
449 suas ações no movimento da democracia e do SUAS. **Conselheira Izabel** solicita que o
450 Conselheiro Thalles possa contribuir por sua experiência com a Conselheira Jéssica na
451 inserção das Leis na Carta sobre Segurança Alimentar. **Conselheiro Thalles** diz que o
452 intuito das “vistas” foi esse, de poder contribuir com a demanda daquele GT. Eu Geziel
453 Antonio dos Santos, Secretário Executivo, lavrei a presente ata que após lida e aprovada,
454 segue assinada. Campinas 26 de julho de 2022.-----

455 -----
456 -----
457 -----
458 -----
459 -----
460 -----
461 -----
462 -----
463 -----
464 -----
465 -----
466 -----
467 -----
468 -----
469 -----
470 -----
471 -----
472 -----
473 -----
474 -----
475 -----
476 -----
477 -----